

JOÃO BOSCO RABELLO

FH impôs seu ritmo

Salvo erro de todos os prognósticos e pesquisas, o monopólio do petróleo terá caído ontem, horas após o fechamento desta coluna (o primeiro ensaio — a votação para decidir sobre o adiamento da sessão — já produzira um placar sintomático da confirmação da vitória do governo: 330 votaram pela manutenção; 130, contra). O fim do monopólio vira não só uma página na história, como registrou o presidente Fernando Henrique Cardoso, mas representa também a travessia da etapa mais decisiva de seu governo, que começou pelo que era considerado mais difícil.

Fernando Henrique optou por um cronograma que muitos (esta coluna, inclusive) avaliaram como o menos recomendável, por não priorizar a reforma política.

O raciocínio comum indicava que regras partidárias mais rígidas e normas regimentais e éticas mais claras e simplificadas facilitarão o trabalho de aprovação de reformas polêmicas como as que o governo começa a concretizar. Os fatos, no entanto, mostram que a opção presidencial não atentava contra a lógica, pelo menos.

Ainda na segunda quinzena de março, quando o governo esboçou reação à inércia que o dominou nos primeiros cem dias, o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), apostava que seria possível virar o jogo a partir da aprovação da emenda que quebrou o cartel do gás canalizado. Dito e feito: desde então, o governo não perdeu em nenhum ponto essencial ao seu programa. Na aposta do presidente da Câmara estava embutida outra realidade: a predominância do PFL na aliança que elegeu Fernando Henrique.

O governo chega assim às vésperas do recesso parlamentar de julho em perfeita sincronia com o que projetara: vitorioso nas reformas mais polêmicas e fortalecido para encaminhar no segundo semestre as reformas tributária e política, nessa ordem de prioridade. Antes, porém, no curso deste mês de junho, por medida provisória, promove a desindexação da economia, fazendo-a

coincidir com o primeiro aniversário da instituição do Real. Na avaliação geral, operação complementar inadiável ao programa de estabilidade. No dizer do deputado Delfim Netto (PPR-SP), uma etapa a preceder a reorganização fiscal. Antes que a bancada ruralista ponha tudo a perder, como ironiza o mesmo Delfim.

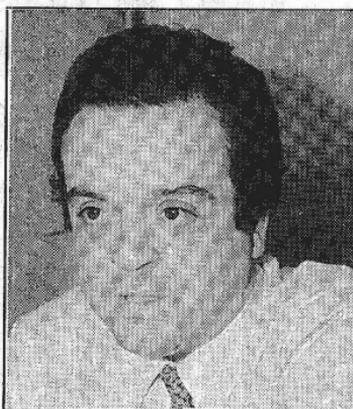
Na ironia, a remissão a outro aspecto intrínseco à vitória de FH: as negociações no varejo político, fisiologismo inevitável no atual quadro partidário, ao qual o governo não pôde fugir. A bancada ruralista, o núcleo mais chantagista do Congresso Nacional, é emblemática desse tipo de operação que costuma produzir repulsa ao cidadão avesso ao pragmatismo político. Essa foi uma brecha aberta permanente-

mente aos críticos do governo, mas que não foi suficiente para ameaçar o avanço de suas propostas. A oposição preferiu os rótulos típicos do ultrapassado patrulhamento ideológico. E perdeu todas.

Ainda este mês voltará à cena a discussão sobre a privatização, que também não autoriza muito otimismo aos opositores. Tal como no caso dos monopólios, que fez aprovar na velocidade de um vendaval, o governo vai partir para a tal "privatização

selvagem", único meio que o ministro do Planejamento, José Serra, tem para fazer prevalecer o congelamento das tarifas públicas, entre outros cenários econômicos. Depois do reajuste do salário mínimo, o aumento das tarifas atenta contra a estabilidade. Impedindo-o, o governo precisará de recursos compensatórios.

Por enquanto, os maiores aliados da vitória de FH foram os grevistas e o PFL, e as dificuldades mais consistentes ficaram por conta dos tucanos, mordidos no ciúme decorrente do profissionalismo pefelista e travados pelas contradições próprias dos que viram telhado. Exemplo: o governador Mário Covas, que reluta em se conformar com a intervenção no banco estadual, já aceita pelo seu colega de infortúnio, Marcelo Alencar, no Rio.



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

Governo está fortalecido para encaminhar reformas tributária e política

ESTADO DE SÃO PAULO